
Ludesa Energética S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ludesa Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ludesa Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Ludesa Energética S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

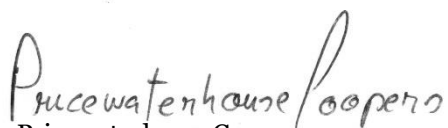


Ludesa Energética S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by:
Eduarda Lima
Signed by: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA 7827852204
CPF: 7827852204
Signing Time: 21 de março de 2025 10:41 BRT
ICP-Brasil, CUI: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Model: AC SERASA RFB v5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da LUDESA Energética S.A. ("Ludesa" ou "Companhia"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da CPFL Energia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2024, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 55.439, comparando com o lucro de R\$ 57.021 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 182 a título de constituição de reserva legal, R\$ 13.516 a título de distribuição de dividendos adicionais e R\$ 38.660 a título de dividendos intermediários.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.084	2.649
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	7.443	9.188
Imposto de renda e contribuição social a compensar e outros tributos a compensar	8	3.164	2.727
Outros ativos	9	294	314
Total do circulante		13.985	14.878
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	2
Imposto de renda e contribuição social a compensar e Outros tributos a compensar	8	802	620
Imobilizado	10	68.608	73.191
Intangível	11	8.938	9.439
Total do não circulante		78.348	83.252
Total do ativo		92.333	98.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	12	961	1.021
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recolher	13	716	869
Dividendos	14	1.594	2.610
Adiantamento de Clientes	15	27	730
Outras contas a pagar	16	561	512
Total do circulante		3.861	5.742
Patrimônio líquido	17		
Capital social		54.521	58.721
Reserva de capital		17.921	17.921
Reserva legal		7.464	7.646
Ações em tesouraria		(4.950)	(4.950)
Dividendos		13.516	13.050
Total do patrimônio líquido		88.472	92.388
Total do passivo e do patrimônio líquido		92.333	98.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	18	65.757	66.008
Custo com energia elétrica	19	(2.092)	(1.485)
Custo com operação		(8.226)	(7.502)
Depreciação e amortização		(5.386)	(5.358)
Outros custos com operação	20	(2.840)	(2.144)
Lucro operacional bruto		55.439	57.021
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(1)	(1)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1)	(1)
Despesas gerais e administrativas		(1.705)	(1.938)
Depreciação e amortização		(7)	(1)
Outras despesas gerais e administrativas	20	(1.698)	(1.937)
Resultado do serviço		53.733	55.082
Resultado de participações societárias			
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		1.203	748
Despesas financeiras		(56)	(106)
		1.147	642
Lucro antes dos tributos		54.880	55.724
Contribuição social	22	(835)	(809)
Imposto de renda	22	(1.870)	(1.536)
		(2.704)	(2.344)
Lucro líquido do exercício		52.176	53.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	52.176	53.380
Resultado abrangente do exercício	<u>52.176</u>	<u>53.380</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

/

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de Lucro		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Dividendo		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	68.721	17.921	(4.950)	7.464	14.339	-	103.495
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	53.380	53.380
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.380	53.380
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	181	-	(181)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	181	-	(181)	-
Transações de capital com os acionistas	(10.000)	-	-	-	(1.288)	(53.199)	(64.486)
Aumento (Redução) de capital	(10.000)	-	-	-	-	-	(10.000)
Realização de dividendos propostos 2022	-	-	-	-	(14.339)	-	(14.339)
Realização de dividendos intermediários 2023	-	-	-	-	(40.147)	-	(40.147)
Dividendo Adicionais	-	-	-	-	13.051	(13.051)	-
Dividendo Intermediários	-	-	-	-	40.147	(40.147)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	58.721	17.921	(4.950)	7.646	13.051	-	92.389
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	52.176	52.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.176	52.176
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	(182)	-	-	(182)
Reversão de reserva legal	-	-	-	(182)	-	-	(182)
Transações de capital com os acionistas	(4.200)	-	-	-	465	(52.176)	(55.911)
Aumento (Redução) de capital	(4.200)	-	-	-	-	-	(4.200)
Realização de dividendos propostos 2024	-	-	-	-	(13.051)	-	(13.051)
Dividendo Adicionais proposto	-	-	-	-	13.516	(13.516)	-
Dividendo Intermediários	-	-	-	-	-	(38.660)	(38.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	54.521	17.921	(4.950)	7.464	13.516	-	88.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes dos tributos	54.880	55.724
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.393	5.359
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	1
Perda (ganho) na baixa de não circulante	93	(5)
	<u>60.367</u>	<u>61.079</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.746	1.245
Tributos a compensar	1.364	787
Outros ativos operacionais	9	(145)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(59)	(19)
Outros tributos e contribuições sociais	(381)	(321)
Outros passivos operacionais	(652)	233
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	<u>62.394</u>	<u>62.859</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.476)	(2.312)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>59.918</u>	<u>60.547</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(244)	(1.296)
Aquisições de intangível	(148)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	1.891
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>(392)</u>	<u>595</u>
Atividades de financiamentos		
Redução de capital	(4.200)	(10.000)
Dividendos pagos	(54.891)	(53.675)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>(59.091)</u>	<u>(63.675)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	435	(2.533)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.649</u>	<u>5.182</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>3.084</u></u>	<u><u>2.649</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A LUDESA ENERGÉTICA S.A. (“Ludesa” ou “Companhia”) é uma companhia por ações de capital fechado, que tem por objeto social, exclusivamente, a exploração do potencial Hídrico do Rio Chapecó, localizado no estado de Santa Catarina, através do desenvolvimento e da implementação da pequena Central hidrelétrica da Ludesa (PCH Ludesa). A Companhia tem sua sede social e foro na Linha da Balsa Velha, rua principal s/nº, na cidade de Iguçu, Estado de Santa Catarina.

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL representado pelo seguinte empreendimento a seguir:

<u>PCH</u>	<u>Data da Resolução</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
LUDESA	17/02/2002	REA 705	30 anos	30

O prazo da autorização é contado a partir da data da sua assinatura.

A Companhia é uma controlada direta da CPFL Energia Renováveis S.A. e acordo de acionistas depositado na Companhia.

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a controladora CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia *GHG Protocol*. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

O Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD* (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 20 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

Nota 26 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo);

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos

e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- o eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- o termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26.

– Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação e ou/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados

inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos

sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado, ou conforme previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

3.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total faturado pela Companhia.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda

de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.8 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas Demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements (PFS)*) e das notas explicativas.

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos da adoção dessa norma, mas não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(c) Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e Aplicação ao método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que referenciam energia provenientes de fontes renováveis

A alteração visa esclarecer situações em que os Contratos de Energia Renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de Hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade (referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01/01/2026.

Neste viés, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderia continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais.

Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a companhia decorrentes destas alterações.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado

ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos bancários	2.073	49
Aplicações financeiras ¹	<u>1.011</u>	<u>2.600</u>
Total	<u>3.084</u>	<u>2.649</u>

¹ Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 100,85% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (89,93% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos	Vencidos	Total	
	<u>vincendos</u>	<u>> 90 dias</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	418	1	419	418
Concessionárias e permissionárias	<u>7.025</u>	<u>-</u>	<u>7.025</u>	<u>8.771</u>
	<u>7.443</u>	<u>1</u>	<u>7.444</u>	<u>9.189</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>7.443</u>	<u>-</u>	<u>7.443</u>	<u>9.188</u>
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) - a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	11
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	11
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	417	692
Programa de integração social - PIS	489	327
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.258	1.697
Outros tributos a compensar	3.164	2.716
Total circulante	3.164	2.727
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	348	297
Imposto de renda a compensar - IRPJ	454	321
Imposto de renda e contribuição social a compensar	802	618
Programa de integração social - PIS	-	2
Outros tributos a compensar	-	2
Total não circulante	802	620

(9) OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ordens em curso	-	20
Despesas antecipadas	262	263
Outros	32	31
Total	294	314

(10) IMOBILIZADO

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2022	16.631	11.018	9.027	38.381	-	-	1.596	
Custo histórico	24.616	21.033	19.561	90.916	20	11	1.596	157.754
Depreciação acumulada	(7.985)	(10.015)	(10.534)	(52.536)	(20)	(11)	-	(81.101)
Adições	-	-	-	-	-	-	1.296	1.296
Baixas	-	-	(76)	(17)	-	-	-	(93)
Transferências	-	-	-	246	-	21	(267)	-
Depreciação	(362)	(672)	(329)	(3.402)	-	-	-	(4.765)
Baixa da depreciação	-	-	48	53	-	-	-	101
Saldo em 31/12/2023	16.269	10.346	8.670	35.260	-	21	2.625	73.191
Custo histórico	24.616	21.033	19.485	91.145	20	32	2.625	158.956
Depreciação acumulada	(8.347)	(10.687)	(10.815)	(55.885)	(20)	(11)	-	(85.765)
Adições	-	-	-	-	-	-	244	244
Baixas	-	-	(38)	(42)	-	(24)	-	(104)
Transferências	54	-	309	818	-	-	(1.181)	-
Depreciação	(365)	(673)	(334)	(3.405)	-	-	-	(4.798)
Baixa da depreciação	-	-	16	35	-	3	-	75
Saldo em 31/12/2024	15.958	9.673	8.624	32.666	-	-	1.688	68.608
Custo histórico	24.670	21.033	19.757	91.921	20	8	1.688	159.096
Depreciação acumulada	(8.712)	(11.360)	(11.133)	(59.255)	(20)	(8)	-	(90.488)
Taxa média de depreciação 2024	4,19%	5,92%	3,00%	5,75%	0,00%	0,00%		
Taxa média de depreciação 2023	4,34%	6,29%	3,04%	6,09%	0,00%	0,00%		

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(11) INTANGÍVEL

	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	9.980	54	10.034
Custo histórico	10.966	54	11.020
Amortização acumulada	(986)	-	(986)
Amortização	(595)	-	(595)
Saldo em 31/12/2023	9.385	54	9.439
Custo histórico	10.966	54	11.020
Amortização acumulada	(1.581)	-	(1.581)
Adições	-	148	148
Amortização	(595)	-	(595)
Transferência - intangíveis	-	(54)	(54)
Saldo em 31/12/2024	8.790	148	8.938
Custo histórico	10.966	148	11.168
Amortização acumulada	(2.176)	-	(2.230)

11.1 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023, não houve necessidade de registro de provisão para recuperação ao valor recuperável.

(12) FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	258	193
Encargos de uso da rede elétrica	103	100
Materiais e serviços	600	728
Total	961	1.021

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	341	397
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	<u>179</u>	<u>188</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>519</u>	<u>585</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	22
Programa de integração social - PIS	33	37
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	154	170
Outros	<u>10</u>	<u>55</u>
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>197</u>	<u>284</u>
Total Circulante	<u><u>716</u></u>	<u><u>869</u></u>

(14) DIVIDENDOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dobrevê Energia S.A.	1.594	2.610
Total	<u><u>1.594</u></u>	<u><u>2.610</u></u>

(15) ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento de Clientes	28	729
Total	<u><u>28</u></u>	<u><u>729</u></u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 referem-se, substancialmente, aos recebimentos de clientes pelo fornecimento de energia, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento relacionado.

(16) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Consumidores e concessionárias	290	239
Taxas regulamentares	10	9
Aquisição de negócios	261	264
Total	<u><u>561</u></u>	<u><u>512</u></u>

(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 está distribuída da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energias Renováveis S.A.	32.693.869	60%	-	-
Dobrevê Energia S.A.	-	-	41.181.151	60%
Ludesa Holding S.A.	21.795.912	40%	27.454.100	40%
Ações em Tesouraria	31.237	-	31.237	-
Total	54.521.018	100%	68.666.488	100%

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia passou a ser controlada diretamente pela CPFL Renováveis devido a incorporação da subholding Dobrevê.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 54.521 (68.666 em 31 de dezembro de 2023), representado por 57.521.018 ações ordinárias nominativas (68.666.488 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal, após redução de capital firmada pela AGE de 23 de outubro de 2024. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 17.921 (R\$ 17.921 em 31 de dezembro de 2023), representado pela seguinte abertura: i) reserva de capital ágio emissão de ações R\$ 12.971 (R\$ 12.971 em 31 de dezembro de 2023) e ii) outras reservas R\$ 4.950 (R\$ 4.950 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucro em 31 de dezembro 2024 é de R\$ 20.980 (R\$ 20.697 em 31 de dezembro 2023), que compreende: i) Reserva Legal R\$ 7.464 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro 2023); ii) Dividendos R\$ 13.516 (R\$ 13.051 em 31 de dezembro 2023).

Ações em tesouraria

Em assembleia extraordinária realizada em 30 de abril de 2016, foi aprovada o resgate do importe de R\$ 4.950 (quatro milhões, novecentos e cinquenta mil reais) da conta de Reserva de Capital da Companhia, com a consequente entrega da integralidade deste valor, da seguinte forma:

a) R\$ 2.970 (dois milhões, novecentos e setenta mil reais) ao acionista Dobrevê Energia S.A. a título de recompra de 18.742 (dezoito mil setecentos e quarenta e duas ações) ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 158,46 por ação, para permanência em tesouraria; e

b) R\$ 1.980 (um milhão novecentos e oitenta mil reais) ao acionista Ludesa Holding S.A. a título de recompra de 12.495 (doze mil novecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 158,46 por ação, para permanência em tesouraria.

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê que a competência para a declaração de dividendos é da Diretoria Executiva. Conforme o estatuto social os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>52.176</u>
Dividendos intermediários	(38.660)
Dividendos adicionais propostos	(13.516)

Os dividendos intermediários foram declarados no decorrer de 2024, conforme AGEs publicadas nas datas abaixo:

R\$ 12.713 em 25 de abril de 2024, R\$ 12.796 em 19 de julho de 2024 e R\$ 12.971 em 23 de outubro de 2024.

(18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	68.173	68.486
Energia elétrica de curto prazo	165	140
Total da receita operacional bruta	<u>68.338</u>	<u>68.626</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(446)	(446)
COFINS	(2.012)	(2.059)
Outros	(124)	(115)
	<u>(2.582)</u>	<u>(2.620)</u>
Receita operacional líquida	<u>65.757</u>	<u>66.008</u>

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Suprimento de energia elétrica	192	176
Total	<u>192</u>	<u>176</u>

(19) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>R\$ mil</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Energia comprada para revenda		
Energia de curto prazo	(850)	(290)
Subtotal	<u>(850)</u>	<u>(290)</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.252)	(1.195)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER	10	-
Subtotal	<u>(1.243)</u>	<u>(1.195)</u>
Total	<u>(2.092)</u>	<u>(1.485)</u>
Energia comprada para revenda - Gwh	7	7

(20) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(81)	(101)	(61)	(56)	(142)	(157)
Serviços de terceiros	(2.183)	(1.759)	(1.442)	(1.790)	(3.625)	(3.549)
Outros	(576)	(284)	(195)	(92)	(771)	(376)
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(89)	(118)	(96)	(71)	(185)	(189)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	(20)	-	(20)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	(93)	5	(93)	5
Amortização de prêmio pago - GSF	(197)	-	-	-	(197)	-
Outros	(290)	(166)	(6)	(6)	(296)	(172)
Total	(2.840)	(2.144)	(1.698)	(1.937)	(4.538)	(4.081)

(21) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	296	745
Atualização de créditos fiscais	903	-
Outros	3	3
Total	1.203	748
Despesas		
IOF	(23)	(17)
Multas e Juros sobre tributos	(28)	(89)
Outros	(5)	-
Total	(56)	(106)
Resultado financeiro	1.147	642

(22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para 2024 e 2023. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	54.880	54.880	55.723	55.723
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Efeito regime lucro presumido	(45.607)	(47.401)	(46.740)	(49.581)
Base de cálculo	9.273	7.479	8.983	6.142
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(835)	(1.870)	(809)	(1.536)
Total	(835)	(1.870)	(809)	(1.536)
Corrente	(835)	(1.870)	(809)	(1.536)

(23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a DESA – Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) e controlador indireto a CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”), que por sua vez, possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) com 49,50% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- Alocação de despesas** – Refere-se a rateios de despesas de mão-de-obra entre a CPFL Renováveis e a Companhia.

As transações entre partes relacionadas são como segue:

	Passivo		Despesas	
	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesa				
Entidades sob o controle da CPFL Energia	178	182	(2.394)	(3.172)
Materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle da CPFL Energia	401	347	(410)	(39)
Dividendos				
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.594	2.610	-	-
	<u>2.173</u>	<u>3.139</u>	<u>(2.803)</u>	<u>(3.212)</u>

Pessoal-chave da Administração

A Companhia não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os diretores da Companhia são indicados pelos acionistas e não há remuneração paga a esses diretores pela Companhia.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(24) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice (*)</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo Imobilizado	Riscos operacionais, lucros cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de engenharia e Multirisco geral, Obras civis de instalação e montagem.	600.000	306.000
Responsabilidade civil	Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica e Riscos Ambientais.	90.000	90.000
Total		690.000	396.000

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(25) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a geração de energia elétrica de fontes renováveis.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia.
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos.
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras ao qual a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;

- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a seus ativos e passivos financeiros. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* Bloomberg, tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	3.084	3.084
Total				3.084	3.084

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa (ii) consumidores, concessionárias e permissionárias.
- Passivos financeiros: fornecedores e (ii) taxas regulamentares.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário EP de exposição líquida dos instrumentos indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.011	baixa CDI	12,15%	15,41%	156	117	78
	1.011				156	117	78
Total	1.011				156	117	78
Efeitos no resultado do período					156	117	78

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	Total
Fornecedores	12	951	10	961
Taxas regulamentares	16	10	-	10
Outros	16	-	290	290
Consumidores e concessionárias		-	290	290
Total		961	300	1.261

e) Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

(27) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	37 anos	1.197	2.531	2.709	131.280	137.717
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	4 anos	2.362	3.508	-	-	5.870
Total		3.559	6.039	2.709	131.280	143.587

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

Bruno Augusto Pereira Rovea
Diretor Vice-Presidente Executivo

Vitor Hugo Dall'asta Filho
Diretor Vice-Presidente

Lugindo Dall'asta Junior
Diretor Vice-Presidente

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F77DBCFF-687B-4967-BD56-EF48CECC0D84

Status: Concluído

Assunto: CPFL | 4Q24 G100 DF Ludesa

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 33

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Douglas Correa

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

douglas.correa@pwc.com

Endereço IP: 134.238.163.150

Rastreamento de registros

Status: Original

21 de março de 2025 | 00:28

Portador: Douglas Correa

douglas.correa@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

21 de março de 2025 | 00:42

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Adriano Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 99D108451FA5438...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 34.100.9.85

Registro de hora e data

Enviado: 21 de março de 2025 | 00:30

Visualizado: 21 de março de 2025 | 00:40

Assinado: 21 de março de 2025 | 00:41

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Douglas Correa

douglas.correa@pwc.com

Copiado

Enviado: 21 de março de 2025 | 00:42

Visualizado: 21 de março de 2025 | 00:42

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 21 de março de 2025 | 00:42

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	21 de março de 2025 00:30
Entrega certificada	Segurança verificada	21 de março de 2025 00:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	21 de março de 2025 00:41
Concluído	Segurança verificada	21 de março de 2025 00:42

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.